

Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE)

Estabelecimentos Industriais do Tipo III

Decreto-Lei nº.165/2014 de 5 de novembro, alterado pela Lei nº.21/2016, de 19 de julho

Ata de Conferencia Decisória

nos termos do artigo 9º do RERAE

5 DE DEZEMBRO DE 2016

9H30

LOCAL: GAIURB, EM

PROCESSO N.º	5501/15 - RI
ENTIDADES CONVOCADAS	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)
	Agencia Portuguesa do Ambiente I.P.

I. Pedido de regularização

ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL	JOAQUIM PINTO LEOCÁDIO & FILHOS, LDA.
LOCALIZAÇÃO	TRAVESSA DO RALO, 95, CANIDelo
	em anexo: Planta de localização (planta nº.01); Planta de Ordenamento do PDM – Carta de Qualificação do Solo (planta nº.02) Planta de Condicionantes atualizadas (planta nº.03 extrato); Planta de quantificação de áreas (planta nº.04); Planta identificativa das áreas afetas ao solo rural (planta nº.05); Deliberação da Assembleia Municipal relativa ao reconhecimento de Interesse Público.
ATIVIDADE DESENVOLVIDA	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PRODUTOS METÁLICOS (EXC. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS)
ÁREAS A REGULARIZAR	Área total do terreno: 1604,4m ² ; Área a regularizar: 841,00m ²

II. Apreciação do pedido de regularização

nos termos do artigo 10º do RERAE

ENTIDADES INTERVENIENTES	REPRESENTANTE MANDATADO
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	Eng.ª Luísa Lima Aparício
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	Arq. Helena Cristina Rebelo
Agencia Portuguesa do Ambiente I.P.	Eng.º Sergio Fortuna
PONDERAÇÃO	
NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 10º DO RERAE	
i) Desconformidades da instalação industrial com os instrumentos de gestão territorial, servidões administrativas e restrições de utilidade pública	
Desconformidade com o n.º 3 do artigo 56º e artigo 102º do regulamento do PDM e com a servidão administrativa/	

restrição de utilidade pública (Recursos Hídricos – leito e margem do curso de água a céu aberto)
ii) Impactes da instalação em matéria de gestão ambiental, medidas e procedimentos a adotar: A atividade industrial deve ser realizada em conformidade com as regras e princípios estabelecidos no sistema de indústria responsável, aprovado pelo D.L. 169/2012, de 1 de Agosto, e respetiva alteração, deverão ainda ser cumpridas as determinações e monitorizações constantes de outras licenças e autorização que a empresa seja detentora.
iii) Necessidade da manutenção, alteração ou ampliação por motivos de interesse económico e social: A presente empresa labora desde 1958 e emprega 11 trabalhadores. A manutenção da atividade poderá levar a um aumento do número de funcionários.
iv) Custos económicos, sociais e ambientais da desativação do estabelecimento: A desativação do referido estabelecimento industrial representaria o desemprego da totalidade dos trabalhadores. A empresa nos últimos dois anos tem obtido resultados líquidos positivos apresentando uma faturação de 375.000,00€.
v) Ausência de soluções alternativas: Não se afigura praticável para o explorador a demolição, a deslocalização ou a construção de uma nova infraestrutura, considerando-se que a melhor solução passa pela regularização do atual estabelecimento
vi) Impossibilidade ou excessiva onerosidade da deslocalização do estabelecimento: A deslocalização da empresa acarretaria um investimento que não é viável para o explorador, bem como acarretaria os inconvenientes inerentes à deslocação dos trabalhadores que vivem na proximidade do estabelecimento.
QUESTÕES ADICIONAIS
Procedimentos de fiscalização e/ou contraordenacionais (conforme nº. 2 do Artigo 2º da Portaria 68/2015, de 9 de março)
Foi identificado o processo de fiscalização urbanística n.º 852/FU/2005 e o processo de contraordenação 39/CO/2011 (Arquivado)

III. Deliberação Final

Deliberação da conferência decisória – Artigo 11º do RERA

Tendo em consideração o interesse público da atividade já reconhecido em Assembleia Municipal conforme certidão anexa, e ponderados os interesses previstos no Artigo 10.º do RERA é emitida a deliberação favorável condicionada por unanimidade dos representantes presentes nesta conferência, respetivamente:

Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia:

Favorável.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte:

Favorável.

Agência Portuguesa do Ambiente I.P.

Favorável condicionada

A deliberação é favorável condicionada à implementação das Medidas corretivas e de minimização nos termos do nº.4 do Artigo 11º do RERA - ver ponto IV "Condições para o exercício da atividade".

A) Adequação dos Instrumentos de Gestão Territorial, nos termos do Artigo 12º do Decreto-Lei 165/2014, de 5 de novembro, e do RJGT (Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio)

Alteração do PDM

Nos termos do Artigo 12º do RERA E serão desencadeados os seguintes procedimentos de alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM):

1. Alteração do Regulamento do PDM

A Câmara Municipal, tendo em consideração o interesse público desta atividade, compromete-se a promover a alteração do PDM nos termos previstos no RJGT, ao nível do respetivo Regulamento, incorporando o seguinte artigo específico para as Regularizações no âmbito do RERA E:

Artigo 18-A "Integração das atividades económicas com parecer favorável ao abrigo do Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERA E)

"São admitidas as operações urbanísticas necessárias ao licenciamento das atividades a que se refere o regime excecional de regularização de atividades económicas e que tenham recebido deliberação favorável ou deliberação favorável condicionada na conferência decisória prevista neste diploma, independentemente da categoria de espaço onde se localizam e no estrito cumprimento das condições impostas na conferência decisória".

Não serão aplicados o n.º 3 do artigo 56.º e o artigo 102º do Regulamento do PDM;

2. Alteração da Planta de Ordenamento do PDM – Carta de Qualificação do Solo

A Câmara Municipal, tendo em consideração o interesse público desta atividade, compromete-se a promover a alteração do PDM nos termos previstos no RJGT, ao nível da respetiva Planta de Ordenamento, na Carta de Qualificação do Solo, procedendo à redelimitação do perímetro urbano através do seu ajustamento à área do estabelecimento a regularizar, conforme área representada na Planta n.º 05 em anexo, a qual será classificada como solo urbano.

A referida alteração da qualificação do uso do solo ocorrerá através do procedimento de Alteração do PDM, nos termos do Artigo 118º do RJGT e de acordo com as especificidades definidas no n.º 2 do Artigo 12º do RERA E.

De acordo com o n.º 2 e do enquadramento do n.º 4 do citado Artigo 12º, não há lugar a avaliação ambiental nos casos de alteração, revisão ou elaboração do PDM no âmbito de aplicação do RERA E.

B) Servidões administrativas e restrição de utilidade pública, nos termos do Artigo 13º do RERA E

Tendo em conta que o traçado atual da linha de água, representado nas plantas do projeto e não coincidente com o que se encontra nas plantas de ordenamento e de condicionantes do PDM, dista mais de 5 m do edificado em causa, entende-se poder aceitar-se a afetação da servidão administrativa relacionada com os recursos hídricos.

Deverá ser obtida a autorização para a construção implantada na margem do curso de água a céu aberto – título de utilização para os recursos hídricos, a emitir pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

De referir ainda que a manutenção do estabelecimento não compromete os princípios fundamentais do modelo de ordenamento definido no PDM, nem interfere com outras servidões administrativas e/ou restrições de utilidade pública.

C) Suspensão dos Instrumentos de Gestão Territorial, nos termos do Artigo 12º do Decreto-Lei 165/2014, de 5 de novembro, e do RJIGT (Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio)

Suspensão do PDM/ Medidas Preventivas

Caso a alteração supra identificada não ocorra no prazo estabelecido para atribuição do título de exploração ou de exercício de atividade:

1. A Câmara Municipal, tendo em consideração o interesse público desta atividade e nos termos da lei, compromete-se a promover a suspensão do PDM na área de incidência das operações urbanísticas a legalizar no âmbito do RERA, decorrendo daí, em conformidade com os artigos 134º a 145º do RJIGT, o estabelecimento de medidas preventivas destinadas a assegurar a viabilização da regularização dos estabelecimentos industriais. No caso em apreço, prevê-se:
 - Suspensão do n.º 3 do artigo 36.º e do artigo 102º do Regulamento do PDM;
 - Suspensão do zonamento definido na Planta de Ordenamento do PDM – Carta de Qualificação do Solo.
2. Na área objeto das medidas preventivas ficam proibidas todas as operações urbanísticas e demais ações que não tenham por objeto a regularização das atividades a que se refere o número anterior.
3. A suspensão entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.
4. A suspensão do PDM e da vigência das medidas preventivas caduca com a entrada em vigor da alteração ou revisão que resulta da aplicação do RERA.

IV. Título de exploração ou de exercício

Nos termos do artigo 15º do RERA

Condições para o exercício da atividade

1. Na sequência da decisão favorável condicionada, atendendo ao disposto no número 1 do artigo 15.º do RERA, é fixado um prazo com o limite máximo de dois anos a contar do pedido de regularização. Como tal, o requerente deve iniciar até ao dia 29 de dezembro de 2017 o procedimento aplicável ao abrigo dos regimes legais setoriais com vista a obtenção do título de exploração ou de exercício da atividade.
2. Por fim importa precisar que as operações urbanísticas admitidas e necessárias ao licenciamento das atividades a que se refere o RERA, e que tenham recebido deliberação favorável ou deliberação favorável condicionada na conferência decisória prevista no mesmo, não dispensam o cumprimento da restante legislação em vigor. Em conformidade com o Artigo 12º do regulamento do PDM e com a demais regulamentação municipal em vigor, o Município poderá ainda exigir que os projetos incorporem medidas de mitigação e de salvaguarda, devidamente especificadas, destinadas a garantir: a integração visual e paisagística do estabelecimento; o controlo dos efluentes

e de quaisquer outros efeitos nocivos nas condições ambientais; a segurança de pessoas e bens; a não perturbação ou o agravamento das condições de tráfego e a segurança da circulação nas vias públicas; a limitação ou a compensação de impactos sobre as infraestruturas.

Os presentes,



(Eng.ª Luísa Lima Aparício, CMVNG)



(Arq.ª Teresa Rodrigues, CMVNG)



(Dr. Alberto Simões, CMVNG)



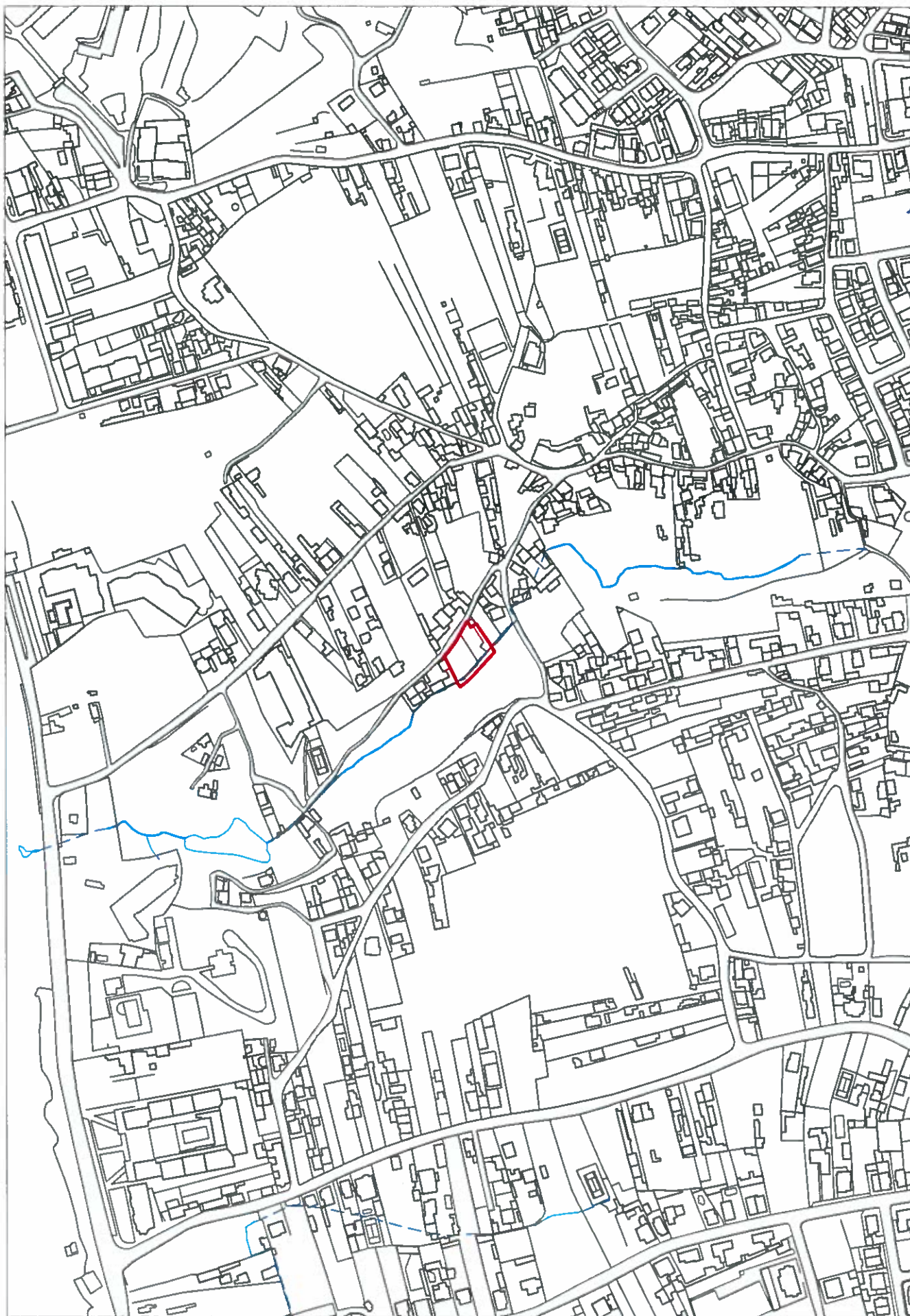
(Arq.ª Helena Cristina Rebelo, CCDRN)

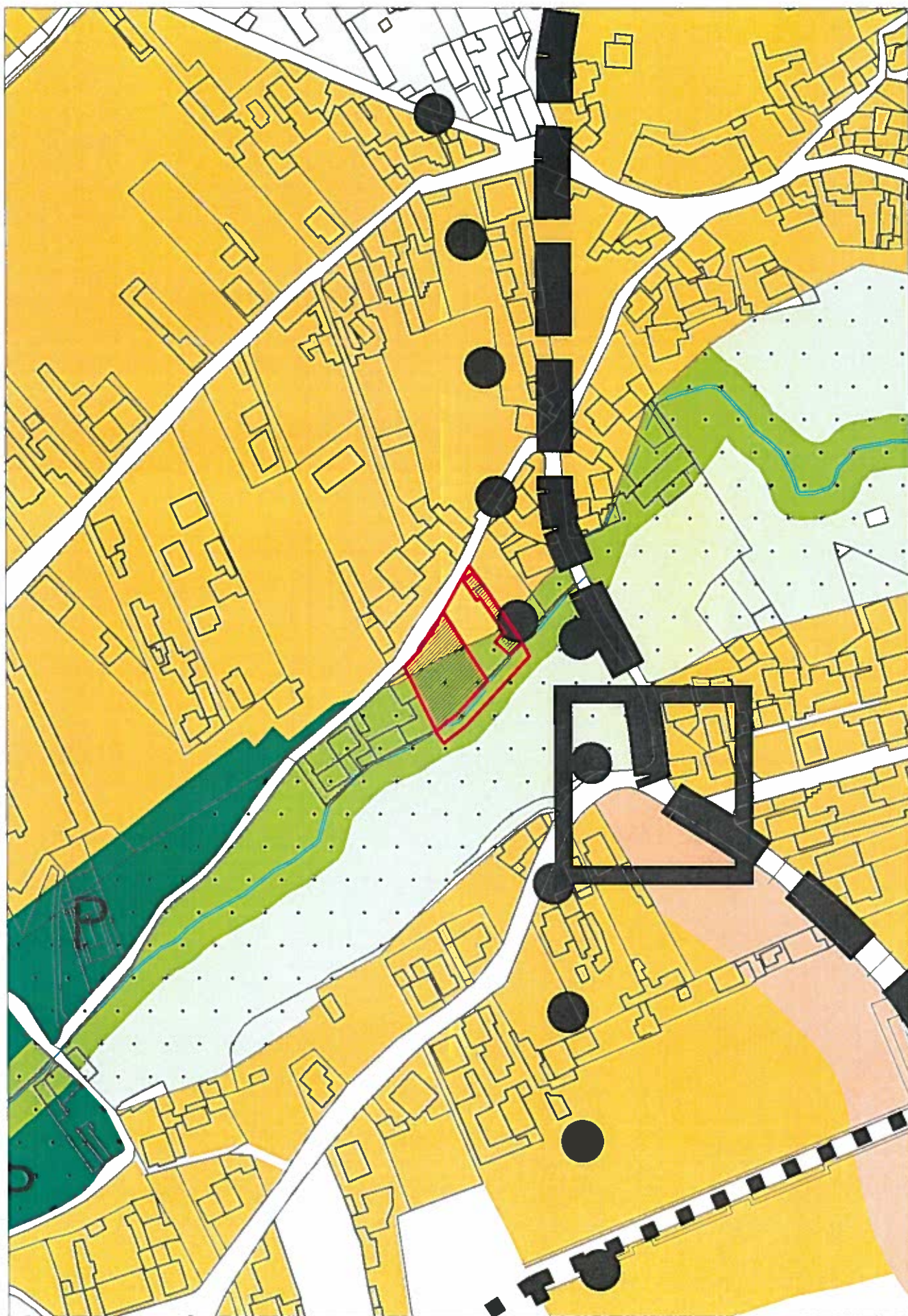


(Eng.º José Figueira, CCDRN)



(Eng. Sergio Fortuna, APA)





9
f
6
4
2



DIREÇÃO MUNICIPAL DE URBANISMO E AMBIENTE
DIVISÃO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA
RERAÉ
POP - 5501/15

PLANTA DE ORDENAMENTO - CARTA DE QUALIFICAÇÃO DO SOLO

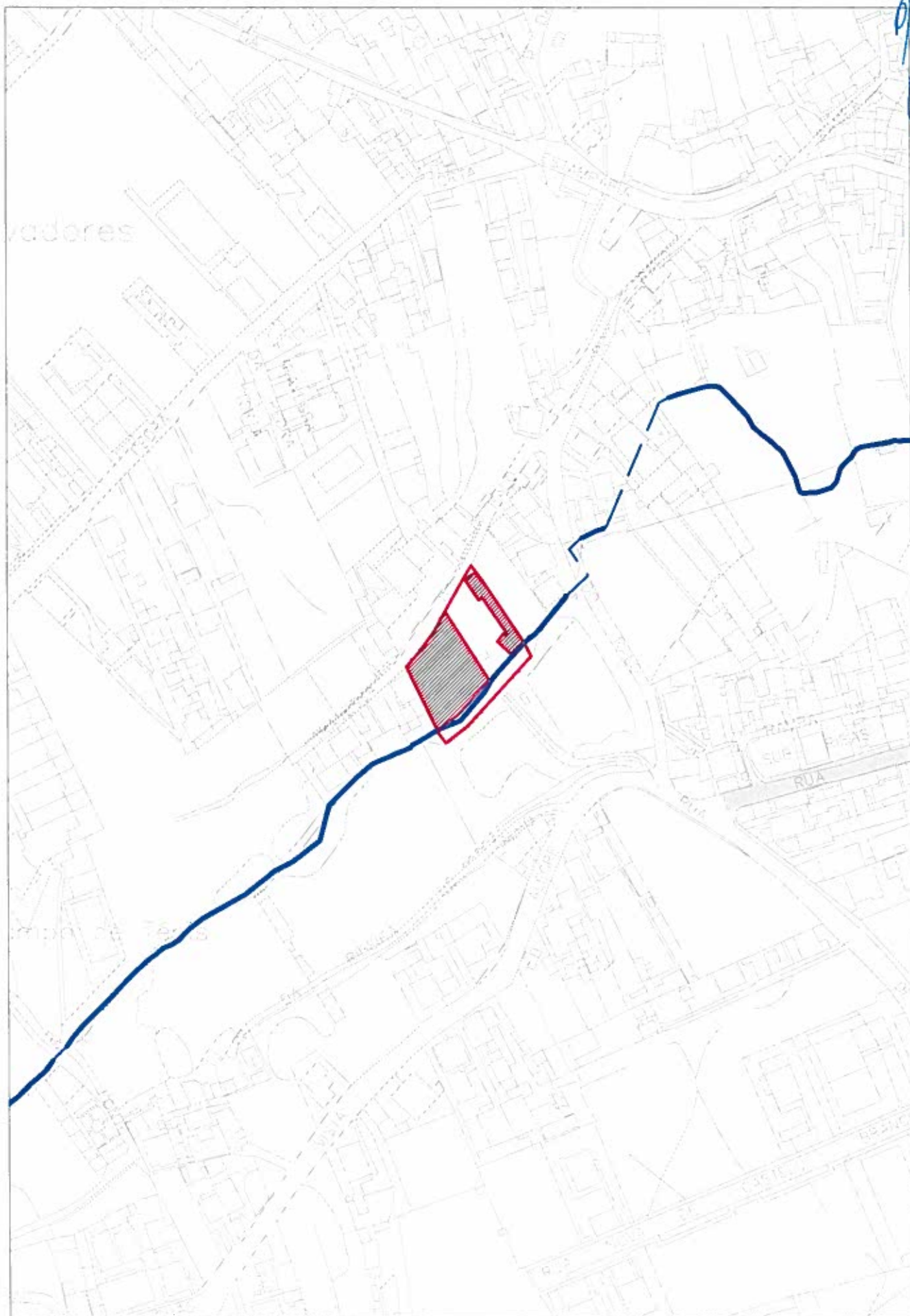
sistema de referência PT-TMD6/ETRS89

outubro
2016

02

escala: 1/2000







- Áreas Urbanizadas Consolidadas de Moradias
área: 570,7 m²
- Áreas Naturais, Áreas Ribeirinhas
área: 1033,7 m²
- Estrutura Ecológica Fundamental
área: 1033,7 m²



Áreas de Aplicação Regulamentar dos PMOTs
 área: 626,9 m²

Áreas Agrícolas em APC
área: 977,5 m²

	Perímetro Urbano
	Estrutura Ecológica Fundamental
SOLO RURAL	
	Áreas Agrícolas
	Áreas Agro-Florestais
	Áreas Florestais de Produção
	Áreas Florestais de Protecção
	Áreas de Quintas em Espaço Rural
SOLO URBANO	
ÁREAS URBANIZADAS DE USO GERAL	
	Centro Histórico - Áreas de Usos Mistos - Tipo I
	Centro Histórico - Áreas de Usos Mistos - Tipo II
	Áreas Urbanizadas Consolidadas de Tipologia Mista
	Áreas Urbanizadas em Transformação de Tipologia Mista
	Áreas Urbanizadas Consolidadas de Tipologia de Moradias
	Áreas Urbanizadas em Transformação de Tipologia de Moradias
	Núcleos Empresariais a Transformar
OUTRAS ÁREAS URBANIZADAS E URBANIZAVEIS	
	Áreas de Comércio e Serviços
	Áreas Industriais Existentes
	Áreas Industriais Previstas
	Áreas Turísticas
ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA DE USO GERAL	
	Áreas de Expansão Urbana de Tipologia Mista - Tipo IV (1,8)
	Áreas de Expansão Urbana de Tipologia Mista - Tipo III (1,2)
	Áreas de Expansão Urbana de Tipologia Mista - Tipo II (0,8)
	Áreas de Expansão Urbana de Tipologia Mista - Tipo I (0,4)
	Áreas de Expansão Urbana de Tipologia de Moradia
	Áreas de Transição
ÁREAS DE VERDE URBANO	
	Áreas Verdes de Utilização Pública
	Quintas em Espaço Urbano
	Áreas de Logradouro

CATEGORIAS COMUNS DO SOLO RURAL E URBANO

	Áreas para Equipamentos Gerais Existentes
	Áreas para Equipamentos Gerais Previstos
	Áreas para Equipamentos em Área Verde Existentes
	Áreas para Equipamentos em Área Verde Previstos
	Áreas para Infra-estruturas e Instalações Especiais
	Áreas Verdes de Enquadramento de Espaço Canal
	Áreas Verdes de Enquadramento Paisagístico
	Áreas Naturais - Áreas Costeiras
	Áreas Naturais - Áreas Ribeirinhas

	Linhas de Água a Céu Aberto
	Linhas de Água Entubadas
	Zonas Inundáveis ou Ameaçadas Pelas Cheias

INFRAESTRUTURAS LINEARES PREVISTAS

	Eixos de Alta Capacidade
	Eixos Concelhios Estruturantes
	Eixos Concelhios Estruturantes - reperfilamento
	Eixos Concelhios Complementares
	Eixos Concelhios Complementares - reperfilamento
	Ruas de Provimento Local
	Ruas de Provimento Local - reperfilamento
	Tuneis
	Passagem Rodoviária Desnívelada Existente
	Passagem Rodoviária Desnívelada Proposta
	Nó viário

PLANOS SUPRAMUNICIPAIS

Plano de Ordenamento de Albufeira (POA) de Crestuma-Lever (RCM nº 187/2007)

Limite POA de Crestuma-Lever (Resolução do Conselho de Ministros nº 187/2007)

Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Caminha-Espinho (Resolução do Conselho de Ministros nº 154/2007)

Limite POOC de Caminha-Espinho (Resolução do Conselho de Ministros nº 154/2007)

Barreira de Protecção - (Área Non Edificandi nos Termos do POOC Caminha-Espinho)

Zona de Risco - POOC de Caminha-Espinho

LIMITE ADMINISTRATIVO

Limite de Concelho (fonte: Carta Administrativa Oficial de Portugal, CAOP 2008.1 - IGP, 2008)

CARTOGRAFIA

Cartografia de base (fonte: Município SA: 2001)

Recursos Naturais

Recursos Hídricos

	Linha da Máxima Preia-Mar de Águas Vivas Equinociais	
	Leito do Rio Douro	
	Margem das Águas do Mar e das Águas Navegáveis do Rio Douro	Domínio Marítimo Lei nº 54/2003, de 15 de Novembro, alterada pela Lei nº 78/2013 de 21 de Novembro e Lei nº 34/2014 de 19 de Junho
	Leito e Margem dos Cursos de Água a Céu Aberto	Domínio Fluvial Lei nº 54/2003, de 15 de Novembro, alterada pela Lei nº 78/2013 de 21 de Novembro e Lei nº 34/2014 de 19 de Junho
	Linhas de Água Entubadas	
	Zona de Protecção da Albufeira	Albufeira de Crestuma-Lever - Decreto Regulamentar nº 2/88, de 20 de Janeiro, alterado pelos Decretos Regulamentares nº 37/91, de 23 de Julho e 33/92, de 02 de Dezembro
	Zona Reservada da Albufeira	

Recursos Geológicos

	Limite da Pedreira	Pedreiras Decreto - Lei nº 90/90, de 16 de Março e Decreto - Lei nº 270/2001, de 06 de Outubro
	Pedreira nº 1377	
	Pedreira nº 1991	
	Pedreira nº 2282; Pedreira nº 4403; Pedreira nº 4929	
	Pedreira nº 4082	
	Pedreira nº 4240	
	Pedreira nº 4635	

Recursos Agrícolas e Florestais

	RAN	Reserva Agrícola Nacional Decreto Lei nº 73/2009 de 31 de Março, alterado pelo Decreto Lei nº 199/2015 de 16 de Setembro
	Povoamento de Sobreiros	Decreto - Lei nº 169/2001, de 25 de Maio, alterado pelo Decreto - Lei nº 155/2004, de 30 de Junho
	Arvoredado Classificado	Árvores de Interesse Público - Arvoredado da Quinta de Santo Inácio - Aviso nº 8326/2006, de 31 de Junho

Recursos Ecológicos

	REN	Reserva Ecológica Nacional Decreto Lei nº 166/2008 de 22 de Agosto, alterado pelo Decreto Lei nº 239/2012 de 02 de Novembro
	Limite da Reserva Natural Local do Estuário do Douro	Áreas Protegidas Regulamento nº 82/2009 de 12 de Fevereiro

Património Cultural

	Imóvel Classificado	
	Zona Geral de Protecção	
	Zona Especial de Protecção	
	Área Vedada à Construção	Imóveis Classificados (MN, MIP, MIM) Decreto - Lei nº 107/2001 de 08 de Setembro
	Cerca do Convento	

- 1 Igreja e Claustro do Mosteiro da Serra do Pilar (MN) e Sala do Capítulo, Refeitório, Cozinha, Torre e Capela (MIP) - ZEP
Decreto de 16 de Junho de 1910 e Portaria de 16 de Junho de 1949 e Decreto nº 25334, de 11 de Fevereiro de 1935
- 2 Túmulo de D. Rodrigo Sanches (MN) e Mosteiro de Grijó (Conjunto formado pela Igreja, Sacristia, Claustro e Cerca com Chafariz) (MIP)
Decreto de 16 de Junho de 1910 e Decreto nº 28.536, de 22 de Março de 1938
- 3 Ponte D. Maria Pia (MN)
Decreto nº 28/82, de 26 de Fevereiro
- 4 Ponte da Anábida (MN)
Decreto nº 13/2013, de 24 de Junho
- 5 Pedra de Audiência e Carvalho junto Existentes (MIP) - ZEP
Decreto nº 35.817, de 20 de Agosto de 1946 e Portaria de 04 de Setembro de 1947
- 6 Traço Existente do Aqueduto da Serra do Pilar - Lugar de Sardaão (Aqueduto do Sardaão) (MIP)
Decreto nº 35.817, de 20 de Agosto de 1946
- 7 Aqueduto que Abastecia o Mosteiro de Grijó (Aqueduto das Amoreiras/ Aqueduto Muracezes) (MIP)
Decreto nº 35/74, de 21 de Dezembro
- 8 Paço da Campa Bela, incluindo a Capela e todo o seu conjunto circundante, nomeadamente os Jardins (MIP)
Decreto nº 129/77, de 29 de Setembro
- 9 Casa do Fojo (MIP)
Decreto nº 95/78, de 12 de Setembro
- 10 Ponte de D. Luís (MIP)
Decreto nº 28/82, de 26 de Fevereiro
- 11 Casa e Jardins da Família Barbot (MIP)
Decreto nº 28/82, de 26 de Fevereiro
- 12 Área do Castelo de Gaia (MIP)
Decreto nº 29/90, de 17 de Junho
- 13 Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (MIP)
Decreto nº 26-A/92, de 01 de Junho
- 14 Igreja Paroquial de Santa Marinha (MIP)
Decreto nº 45/93, de 30 de Novembro
- 15 Antigo Convento Corpus Christi (MIP)
Portaria nº 632/2012 de 31 de Outubro
- 16 Observatório Astronómico da F.C.U.P./ Professor Manuel Barros (MIP)
Portaria nº 719/2012 de 07 de Dezembro
- 17 Clínica Heliântia (MIP)
Portaria nº 210/2013 de 11 de Abril
- 18 Escola Primária do Cedro (MIP)
Portaria nº 388/2013 de 18 de Junho
- 19 Mosteiro de Pedrosa (MIP)
Portaria nº 309/2014 de 14 de Maio
- 20 Casa das Beneditas ou Vila Evíra (MIM)
Reunião Pública de 18 de Novembro de 2013, ponto 19
- 21 Mosteiro e Quinta dos Frades (Quinta de Nossa Senhora da Conceição) (EVC)
Despacho de Homologação de 14 de Fevereiro de 1985

Infraestruturas

Abastecimento de Água

	Limite da Área de Servidão da ADP	Área de Protecção da Conduta de Logoa - Jovim Despacho nº 243/2001, de 08 de Janeiro
--	-----------------------------------	---

Drenagem de Águas Residuais

	Área de Servidão da AGEM	Redes Colectoras de Drenagem de Águas Residuais, Bacias do Douro Nordeste Despacho nº 247/2003, de 07 de Janeiro; Despacho nº 259/2003, de 08 de Janeiro
--	--------------------------	---

Linhas Eléctricas

	aérea	
	subterrânea	
	Linha de Alta Tensão	
	Linha de Muito Alta Tensão	Linhas de Alta e de Muito Alta Tensão Decreto - Lei nº 43/335, de 19 de Novembro de 1960; Decreto Regulamentar nº 1/92, de 18 de Fevereiro

Gasoduto

	Gasoduto	
	Área de Protecção ao Gasoduto dos 2 m. (Movimentação de terras a mais de 50 cm de profundidade)	1º Escalão Decreto - Lei nº 8/2000, de 08 de Fevereiro Aviso nº 8752-B/2004, de 07 de Setembro; Aviso nº 385-A/2006, de 13 de Janeiro
	Área de Protecção ao Gasoduto dos 5 m. (Plantação de árvores)	
	Área de Protecção ao Gasoduto dos 10 m. (Futuras construções)	
	Gasoduto	
	Área de Protecção ao Gasoduto dos 1 m. (Movimentação de terras a mais de 50 cm de profundidade)	2º Escalão Decreto - Lei nº 8/2000, de 08 de Fevereiro
	Área de Protecção ao Gasoduto dos 2 m. (Futuras construções)	Decreto - Lei nº 11/94, de 13 de Janeiro alterado pelo Decreto - Lei nº 23/2003, de 04 de Fevereiro informação de TRANSGÁS, a servidão constará de legislação a sair em breve
	Área de Protecção ao Gasoduto dos 2,5 m. (Plantação de árvores)	

Oleoduto

	Oleoduto Ovar/Leixões (traçado disponível nos serviços da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia)	Matéria classificada "NATO Restricted" Decreto - Lei nº 152/94, de 26 de Maio
--	---	--

Rede Rodoviária Nacional e Regional

	50m para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 20m da zona da estrada	
	20m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade	
	Zona de Respeito	
	Plano Alinhamento Especial	

Infraestruturas Rodoviárias
Lei nº 34/2015 de 27 de Abril

Vias do Plano Rodoviário - Zonas "non aedificandi"

A 1/ IC 1 - Nó de Coimbra (IC 23)/ Ponte da Anábida (Norte)
A 1/ IC 2 - Nó de 5ª Ovidea (IC 2)/ Coimbra (IC 1)
A 44/ IC 23 - Nó de Coimbra/ Ponte da Freixo
A 20/ IP 1 - Carvalhos (IC 2)/ Ponte da Freixo Sul (IP 1)
A 1/ IC 2 - Carvalhos (IP 1)/ Nó de 5ª Ovidea
A 1/ IP 1 - Carvalhos (IC 2)/ Limite do Concelho
A 44/ IC 1 - ER 1-18/ Nó de Coimbra (IC 2)
A 29/ IC 1 - ER 1-18/ Limite do Concelho
A 29/ ER 1-18 - Lanço IC 1/ IP 1
A 41/ IC 24 - Campo (A 4)/ Argonilha (IC 2)
A 32/ IC 2 - S. João da Madeira (ER 327)/ Carvalhos (IP 1)
ER 222 - Vilar de Andorinho (IP 1)/ Canedo

Vias Desclassificadas e Sob Jurisdição da Administração Central - Zonas "non aedificandi"

Variante à EN 109-2 - Covide/ Barragem de Crestuma

Rede Ferroviária

	Linha Férrea	Decreto Lei nº 27/6/2003, de 04 de Novembro; Decreto Regulamentar nº 36/83 de 04 de Maio
--	--------------	--

Aeroportos

	Zona 3C	
	Zona 3D	Servidão Aeronáutica do Aeroporto do Porto Decreto Regulamentar nº 7/83, de 03 de Fevereiro
	Zona 4D	
	Zona 7	
	Zona G	Base Aeronaval do Norte de Portugal (Ovar) Decreto nº 42 049, de 26 de Dezembro de 1958
	Zona primária	Rádiorolador de Santo Isidro Decreto Regulamentar nº 40/93, de 23 de Novembro
	Zona secundária	

Marcos Geodésicos

	Área de Protecção dos 15 m	Marcos Geodésicos Decreto - Lei nº 143/82, de 26 de Abril
--	----------------------------	--

Equipamentos

Defesa Nacional

	Zona de Protecção e Instalação Militar	Área de Terreno junto ao Quartel da Serra do Pilar e Campo de Manobras Decreto nº 23/79, de 13 de Março
--	--	--

Outras Servidões

	Entreposto de Vila Nova de Gaia	Decreto - Lei nº 173/2009, de 03 de Agosto; Declaração de Rectificação nº 7/2009 de 02 de Outubro
	Área de Jurisdição A.P.D.L.	Decreto - Lei nº 83/2015 de 21 de Maio



DIREÇÃO MUNICIPAL DE URBANISMO E AMBIENTE
DIVISÃO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA
PLANTA DE CONDICIONANTES
LEGENDA

Sistema de referência: PT-TM06/ETPS89

outubro
2016

